

SERVIDORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL RETOMAM A MOBILIZAÇÃO PELA APROVAÇÃO DO PL 6613

Revisão Salarial De 15 a 19 de março, Sisejufe promoveu cinco assembleias setoriais no Rio de Janeiro

A direção do Sisejufe e os servidores do Judiciário retomaram a mobilização pela aprovação do PL 6613 em cinco assembleias setoriais. Os servidores aprovaram a proposta de fazer, em abril, paralisações de 48 horas, com indicativo de greve por tempo indeterminado, conforme a tramitação do projeto de lei de revisão salarial. Na assembleia do TRE, os servidores também aprovaram a proposta de buscar recursos para o pagamento da primeira da revisão advindos dos pagamentos de passivos e com a extinção das FCs de 1 a 4 (excluindo-se os chefes de cartório). Isso pode acontecer caso não se consiga negociar com o Supremo Tribunal Federal (STF) e o governo federal as verbas necessárias para o reajuste. “Caso o projeto não ande, vamos intensificar a mobilização e decretar greve por tempo indeterminado”, antecipou Roberto Ponciano, diretor do Sisejufe.

Na assembleia realizada na Justiça Federal da avenida Rio Branco, o coordenador da Fenajufe e também diretor do Sisejufe, Valter Nogueira Alves, passou os informes das movimentações mais recentes da Federação nas negociações com os parlamentares para garantir apoio ao projeto. Segundo o dirigente, em uma conversa com o deputado Pepe Vargas (PT-RS), presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, o parlamentar disse que caberia ao Supremo Tribunal Federal (STF) assumir a bandeira e enviar um projeto de lei com remanejamento de recursos, direcionando verbas para extinção de passivos e indicando o que poderia ser usado para garantir o projeto. Para Valter, a maior dificuldade será aprovar a proposta na Comissão de Finanças e Tributação. O PL já está na Comissão de Trabalho e Serviço Público, que deverá votar no dia 24 de março e em seguida segue para a Comissão Constituição, Justiça e Cidadania. “Mas é na Comissão de Finanças que se discute e aprova como o projeto será pago, em quantas parcelas” explicou.

Categoria é contra emendas

Valter Nogueira Alves informou que o projeto já recebeu 54 emendas e que a Fenajufe e os sindicatos filiados lutarão para que todas sejam rejeitadas, pois a aprovação de qualquer emenda altera a tramitação do PL. “Como tem caráter conclusivo, não precisa ir ao plenário. Mas se for aprovada emenda obrigará a votação pelos deputados. A Fenajufe retirou até o pedido de urgência urgentíssima, estrategicamente, para evitar que a proposta fique presa numa pauta trancada devido às Medidas Provisórias que a Casa terá de votar no mês que vem”, ressaltou, destacando que a emenda do subteto só deverá ser tratada na Comissão de Finanças e Tributação.

Nos discursos, os dirigentes ressaltavam a importância da categoria estar mobilizada neste momento. Ricardo de Azevedo Soares, diretor do Sisejufe, afirmou que vai ser preciso fazer greve para arrancar o aumento. Dulavim de Oliveira Lima Júnior destacou que a responsabilidade do movimento está nas mãos dos servidores do Judiciário. “Esse projeto ocorre risco de só sair em 2011. E mesmo assim precisa estar no orçamento deste ano. Ano que vem é ano de governo novo. Então há riscos de mudanças”, advertiu.



Trançando Ideias: ONG Estima participou das assembleias do Sisejufe

LEIA TAMBÉM

7º Congrejufe: Sisejufe assina teses com o coletivo Fenajufe Pode Mais

Página 3

Roberto Ponciano lembrou que no PCS anterior o então presidente do Supremo, Nelson Jobim, era tido como aliado da categoria. Mas o atual presidente Gilmar Mendes, que deixa o cargo em abril, está contra o aumento. “O Gilmar Mendes não pediu dotação orçamentária para o projeto. Ele está contra o aumento”, afirmou o dirigente.

Mobilização para greve

Já durante a assembleia realizada no TRE, o diretor do Sisejufe Moisés dos Santos Leite ressaltou a importância de toda a categoria estar mobilizada para a greve que pode ocorrer a partir de abril. “Temos que manter o espírito de luta para continuar o movimento que fizemos no ano passado”, afirmou. Cristina Paiva, também diretora do sindicato, aproveitou para reforçar a luta contra o preconceito e discriminação da mulher, dos negros e dos portadores de deficiência.

Cristina, que coordena o Núcleo de Gênero e Raça do Sisejufe, destacou a importância do sindicato participar de outras campanhas. Em todas as assembleias, a



Greve: em abril, nova paralisação

Foto: Henri Figueiredo

Balancetes de novembro e dezembro de 2009 e correção do balancete de julho.

Páginas 6 a 8



Valter Nogueira Alves: foco na tramitação do PL na Comissão de Finanças

direção do sindicato pediu adesões ao abaixo-assinado pela ratificação da Resolução 156 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da igualdade de oportunidades de trabalho entre homens e mulheres com responsabilidade familiar.

Em todas as assembleias, o Sisejufe montou tendas com atividades relacionadas ao centenário do Dia Internacional da Mulher. Nesses locais foram distribuídos o “Almanaque da Mulher”, publicado pela CUT Nacional, e tanto servidoras quanto populares, que passavam pelos locais dos atos públicos, puderam fazer tranças, ou “tererês”, com mulheres do Projeto “Trançando Ideias”, da ONG Estima. Diretoras sindicais, como a coordenadora do Departamento Jurídico Vera Lúcia Pinheiro dos Santos, e a coordenadora do Núcleo dos Aposentados Lucilene Lima, além de mobilizar a categoria pela aprovação do PL 6613, também aproveitaram para fazer um penteadinho afro.

Da Redação.

Cooselho Regional de Enfermagem fiscaliza Sesau da JF da av. Venezuela

Página 9

Denúncias contra juiz da VF de Teresópolis fazem um ano sem apuração

Página 10

Sisejufe convoca ASSEMBLEIA GERAL

- PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2009
- PLANEJAMENTO FINANCEIRO 2010

QUARTA, 24 DE MARÇO DE 2010.
Sede do sindicato, às 19h.
Compareça!

Em abril, as notícias sindicais vão estar no seu email.

FIQUE POR DENTRO ELETRÔNICO

Cadastre-se em sisejufe.org.br

Fala servidor



O fórum mais democrático para suas opiniões, sugestões e críticas.

sisejufe.org.br



STF não cumpre a Meta 2 do CNJ

Supremo ONG, financiada pela Fundação Ford, aponta “perda de eficiência” na mais alta Corte do país

SÃO PAULO – O Projeto Meritíssimos, lançado em 3 de março pela organização não-governamental (ONG) Transparência Brasil, sustenta que o Supremo Tribunal Federal (STF) não é célere e que seus ministros estão recebendo menos processos por ano, mas o tempo das decisões não está caindo significativamente. “O STF está perdendo eficiência”, afirma relatório de 30 páginas, com gráficos e quadros comparativos que analisam o desempenho dos ministros da instância máxima do Judiciário. Segundo o estudo – que pode ser acessado no endereço <<http://www.meritissimos.org.br>> –, o STF não cumpriu a Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que recomendou julgamento de todos os processos distribuídos até 31 de dezembro de 2005. O congestionamento geral da Corte atinge 92,3 mil ações, informa o levantamento.

Oscila o tempo médio que cada ministro gasta, em semanas, para decidir sobre recursos

de agravos de instrumento. Eros Grau leva 15 semanas, Ellen Gracie, 51, Joaquim Barbosa, 46. O mapeamento mostra que Eros mantém em seu gabinete 764 agravos para exame, Ellen tem 3.811 e Barbosa, 3.766. Desde 1997 até agora, período sob análise, 1 milhão de processos tramitaram no Supremo – 94,5% são relativos a agravos de instrumento e recursos extraordinários, 2,3% são *habeas corpus* e 3,3% são reclamações, mandados de segurança, inquéritos e outros.

“A ministra Ellen tem sido muito lenta nos últimos dois anos, como também o ministro Joaquim Barbosa, cujos números são muito ruins”, ressalta Claudio Weber Abramo, diretor executivo da Transparência e idealizador do projeto, financiado pela Fundação Ford. “Já Eros Grau tem sido bastante veloz nos últimos dois anos, mas não desde que foi investido no cargo. Como vai se aposentar em agosto, talvez ele esteja limpando sua escrivaninha e resolvendo os processos.”

O ministro Gilmar Mendes não foi avaliado porque, na condição de presidente do STF nos últimos dois anos, não recebe recursos para analisar, exceto *habeas corpus*.

“Erro de interpretação”

Para a Secretaria de Comunicação do Supremo, “talvez tenha havido um erro de interpretação” na avaliação de que o STF está menos eficiente no item redução do volume de recursos extraordinários. “Um único recurso julgado pelos ministros pode resolver simultaneamente até 100 mil controvérsias”, anota. “O STF está mais eficiente do que antes da Repercussão Geral (decisões que abrangem famílias de recursos que usam argumentos idênticos). O Supremo é um tribunal mais eficiente.” As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Fonte: Agência Estado
4 de março de 2010

Cezar Peluso é eleito novo presidente do Supremo

O ministro Cezar Peluso foi eleito o novo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) para os próximos dois anos. A eleição ocorreu no início da sessão plenária da quarta, 10 de março. Peluso irá substituir Gilmar Mendes a partir do dia 23 de abril. Na mesma sessão plenária, os ministros também elegeram para vice-presidente o ministro Carlos Ayres Britto, que substituí o presidente nas licenças, ausências e impedimentos eventuais.

Cezar Peluso tem 67 anos, nasceu em Bragança Paulista (SP) e tomou posse como ministro da Suprema Corte no dia 25 de junho de 2003. O novo presidente do STF começou a carreira como juiz substituto da 14ª Circunscrição Judiciária do Estado de São Paulo, com sede em Itapetininga, nomeado por concurso, entre 9 de janeiro a 26 de novembro de 1968. Foi juiz de Direito das comarcas de São Sebastião e Igarapava.

Peluso completou 41 anos de magistratura — cinco deles no STF. E foi desse posto de observação privilegiado que traçou um diagnóstico da carreira à qual dedicou a vida. “Se a magistratura não se voltar um pouco para dentro de si mesma, a longo prazo pode ter sua imagem irremediavelmente comprometida”, analisou.

Peluso também atuou como juiz substituto da Capital, São Paulo, foi juiz da 7ª Vara da Família e das Sucessões da Capital e juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça. Em 14 de abril de 1986, foi designado desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, depois de ter passado pelo cargo de juiz do Segundo Tribunal de Alçada Civil do mesmo estado. Atuou como professor universitário e coordenador de disciplinas relacionadas ao Direito.

Fonte: Consultor Jurídico

Contraponto

SISEJUFE: Filiado à FENAJUFE e à CUT
SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar
Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443
PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Angelo Canzi Neto, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, João Souza da Cunha, José Fonseca dos Santos, Leonardo Mendes Peres, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcelo Costa Neres, Marcio Loureiro Cotta, Marcos André Leite Pereira, Maria Cristina de Paiva Ribeiro, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Og Carramilho Barbosa, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Valter Nogueira Alves, Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e Willians Faustino de Alvarenga.
ASSESSORIA POLÍTICA: Márcia Bauer.

REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb RJ/19002/JP) – Tatiana Lima (estagiária de Jornalismo) – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff
DIAGRAMAÇÃO: Deisedóris de Carvalho **CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, Henri Figueiredo, Max Leone, Márcia Bauer, Valter Nogueira Alves, Nilton Pinheiro – **EDIÇÃO:** Henri Figueiredo.

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em
Papel Reciclado.
8,6 mil exemplares.
Gráfica e Editora
Minister

Diretoria do Sisejufe defende teses políticas para o congresso

7º Congrejufe Encontro, de 27 a 31 de março, em Fortaleza, vai eleger nova direção da Fenajufe

Em reunião de diretoria, o Sisejufe debateu e aprovou a assinatura conjunta de teses políticas que serão discutidas no 7º Congresso Nacional da Fenajufe, de 27 a 31 de março, em Fortaleza (CE). Nas teses específicas, o sindicato firmou os seguintes textos: 1) Raça e Etnia dentro do Judiciário Federal; 2) Gênero: aprofundar a discussão é trabalhar para diminuir as diferenças; 3) Saúde do Trabalhador no Serviço Público Federal: Novo Cenário; 4) Segurança Institucional no Poder Judiciário da União; 5) Aposentadoria Digna; 6) Jornada Semanal de 30 Horas. Nas teses gerais, que reúnem o debate de conjuntura nacional, a avaliação da última gestão da Fenajufe e o plano de luta da categoria, além do PL 6613, o Sisejufe decidiu assinar quatro documentos. Todos esses textos serão apresentados pela atual gestão do sindicato, Mais Sisejufe, pelo Coletivo Viva Voz do RS, Coletivo Viva Voz da Bahia, por servidores do Espírito Santo e por militantes da Corrente Socialista e Democrática (CSD). Estes grupos políticos estarão, no congresso, abarcados sob a denominação “Fenajufe Pode Mais”.

Ampliar a democratização na Fenajufe e sua inserção nos movimentos sociais é uma das ban-



deiras que o coletivo Fenajufe Pode Mais defende numa de suas quatro teses gerais. A atual gestão da Federação teve sérios problemas na condução do processo grevista de 2009, onde cada Estado iniciou seu movimento de greve sem a centralização e coordenação da Fenajufe. Temas importantes como a democratização e a reforma do Poder Judiciário passaram ao largo dos debates políticos na atual direção. Por tais motivos, entende-se que a próxima gestão da Fenajufe precisa dar um salto de qualidade político e organizativo.

Em outra das teses gerais, chamada Com a CUT a Fenajufe Pode Mais, se reafirma a importância da Federação se manter filiada à Centra Única dos Trabalhadores (CUT) pela tradição de sindicalismo combativo e democrático. A ação sindical da CUT, nos últi-

mos anos, foi marcada pela pressão ao governo através das marchas de trabalhadores à Brasília e pela luta contra o PLP 01 – que limita os gastos públicos –, e pela ratificação da Convenção 151 da OIT, que estabelece o direito à greve e a negociação coletiva para o setor público. Na opinião do coletivo Fenajufe Pode Mais, essas são lutas que não podem ser abandonadas no próximo período.

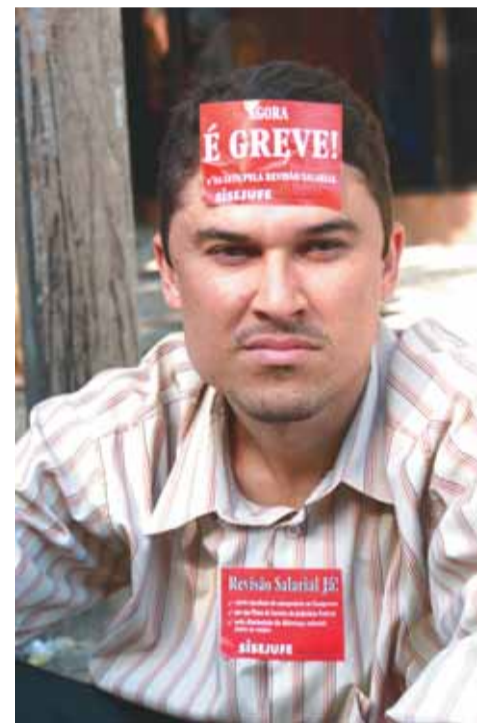
Revisão salarial já!

Após as mobilizações grevistas de 2009, o coletivo Fenajufe Pode Mais defende a imediata retomada da construção de paralisações parciais que podem levar à greve por tempo indeterminado – que serão balizadas de acordo com o andamento das negociações no Congresso e do STF com o governo federal. É preciso que esse movimento seja acertado nacionalmente e tenha unidade, ao contrário do que aconteceu no ano passado. Na tese geral que trata da Revisão Salarial e do Plano de Carreira, defende-se que, passada a tramitação e a implementação do PL 6613, de imediato se reinicie as discussões sobre o Plano de Carreira. Tanto na base, juntos aos servidores, como na reinstalação da Comissão Interdisciplinar do STF.

Uma quarta tese geral faz aprofundada análise conjuntural do quadro nacional e internacional. No caso da organização sindical dos servidores públicos, se faz urgente, além da Convenção 151 da OIT, a instituição de um arcabouço de sustentação da livre organização sindical que deve incluir a possibilidade de afastamento de servidores das suas atividades profissionais para a atuação junto às entidades sindicais. Sem perdas pessoais ou profissionais e sem ônus para as entidades sindicais.

Em 16 de dezembro de 2009, em grande assembleia geral realizada diante da SJRJ na avenida Rio Branco, uma chapa única de 45 membros titulares e 5 observadores, oriundos de todos os tribunais federais no Rio, foi referendada pela categoria e vai representar o estado do Rio no 7º Congrejufe. A direção do Sisejufe marcou um grande encontro com esta delegação para a noite de 24 de março. Na ocasião, serão discutidas todas as teses firmadas pela direção do sindicato e a programação do congresso, em Fortaleza.

Da Redação com informações de Márcia Bauer.



Carta do leitor

De nada, ministro Gilmar!

Foi publicado no Jornal do Comércio, visto através do clipping eletrônico do TRE em 5 de fevereiro, que o ministro Gilmar Mendes está contente com o resultado do plano de metas traçado pelo CNJ para melhorar a gestão no Judiciário.

Aqui vai um trecho, com palavras do Exmo.: “Se nós formos olhar a complexidade do tema, vamos ver que só em relação à Meta 2, nós tivemos enormes ganhos em termos institucionais. Um bom número de tribunais cumpriu integralmente a Meta 2; outros ficaram a 100 ou a 500 processos da meta. Logo tivemos resultados muito expressivos”, afirmou, ressaltando que, desde a divulgação da diretriz, no início de 2009, mais de 2 milhões e 500 mil processos foram julgados.”

Deste modo, gostaria de dizer que o ministro não precisa agradecer – não por isso, não é mesmo! – ao empenho dos milhares de servidores envolvidos em todo esse processo, que se esmeraram em seu trabalho... ou será que 2,5 milhões é um número que foi atingido pelo notório saber jurídico e datilográfico apenas dos magistrados!?

Por isso eu digo: “... de nada, ministro Gilmar!” E aproveitamos a viagem, agradecemos a Vossa Excelência o empenho em conseguir para os servidores do Judiciário a mesma liquidez e certeza do merecido reajuste de salário, como tiveram os colegas do Executivo e Legislativo.

Fabio Galerani
Analista Judiciário
172ª ZE – Armação dos Búzios

Diretor do Sisejufe e da Fenajufe analisa tramitação do PL 6613 na Câmara

O diretor do Sisejufe e coordenador da Fenajufe Valter Nogueira Alves, que tem acompanhado a tramitação do Projeto de Lei 6613/2009 na Câmara, lembra que os parlamentares fizeram um acordo de fazer valer a Constituição no que tange ao Planejamento Orçamentário da União. Até 2008, era muito comum o Executivo e o Judiciário não enviarem ao Legislativo os orçamentos. Em 2009, por uma pressão do PSDB, a Comissão de Orçamento resolveu pôr em prática esta sistemática. Em conversa com alguns integrantes da CFT e da Comissão de Orçamento, Valter avalia que ficou claro que não se mudará o orçamento de 2010 para alocar verba para o PCS 4. Só existiria uma hipótese para que isto aconteça: o próprio Judiciário realocar orçamento para o PCS 4 dentro de sua disponibilidade. Para isto, é necessário que o Poder Judiciário envie uma mensagem ao Congresso Nacional.

Neste diapasão, como o PL 319/2007 tem orçamento de cerca de 62 milhões, este serviria para compor o PCS 4 e o PL 319 ficaria valendo somente a partir de janeiro de 2011. Como o impacto previsto do PCS 4 é da ordem de 6,3 bilhões, poderíamos projetar a primeira parcela para setembro de 2010. Se esta parcela for de 20% do impacto total, teríamos que garantir um orçamento de quase 500 milhões. Na prática, o Judiciário teria que realocar um orçamento de 440 milhões que poderia vir com a extinção das FCs (1 a 4, exceto as destinadas às chefias de cartório eleitoral), já que 60 milhões podem vir do orçamento do PL 319.

No que tange ao orçamento para 2011 e 2012, a equipe do ministro Paulo Bernardo não é contra o PCS 4, diferente do que ocorreu no PCS 3. As equipes da ministra Dilma Rousseff e do ministro Guido Mantega mantiveram o mesmo entendimento do PCS 3; não

apresentaram nenhum obstáculo.

Alguns deputados da base governista foram procurados e garantiram apoio ao PCS 4. Os deputados Arnaldo Madeira do PSDB e José Carlos Aleluia do DEM já demonstraram que são contrários. O líder da oposição João Almeida pediu que mandasse a tabela salarial atual e a nova para ele saber se há necessidade de correção.

Então, para o orçamento do PCS 4 em 2011 e 2012, o principal problema é garantir um interlocutor com o Governo Federal para o PCS 4. Diferente do PCS 3, no qual Ellen Gracie e Nelson Jobim não só eram favoráveis como também enfrentaram o Governo Federal, principalmente a resistência do ministro Paulo Bernardo, agora não temos o apoio do atual presidente do STF, Gilmar Mendes.

*Com informações do diretor sindical João Mac-Cormick.

Leopoldina abriga o maior evento do país

8 de Março Data foi celebrada com música, serviços, comidas típicas, desfile de moda e ato político

Tatiana Lima*

Uma palavra pode traduzir o clima na Estação Leopoldina, no Rio de Janeiro, durante o evento que celebrou o centenário do Dia Internacional da Mulher: cidadania. Milhares de pessoas, na grande maioria mulheres, circularam pelas gares e pela antiga estação para fazer documentos como a carteira de identidade, consultar a Defensoria Pública, comprar ou apenas admirar artesanato ou, ainda, fazer uma refeição nas tendas da Feira das Yabás – as famosas quituteiras e cozinheiras da região de Madureira e Oswaldo Cruz. O maior evento nacional de celebração do centenário do Dia Internacional da Mulher foi organizado pela Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres da Presidência da República (SPM) e comandado pela ministra Nilcéa Freire, médica carioca que já foi reitora da UERJ e está à frente da SPM desde fevereiro de 2004.

Desfile de modas, declamação de poemas, música, exibição de vídeos e documentários, oficinas de prevenção ao HIV/AIDS e de dicas sobre métodos contraceptivos e uma esquete do grupo As Marias da Graça antecederam os discursos políticos. Uma das presentes, a dona de casa Vilma Freitas, 56 anos, moradora de Niterói, precisava já há dois anos tirar a segunda via da certidão

de casamento, mas não podia pagar pelo documento. “Aprentei apenas a identidade e conseguir uma isenção para retirar a segunda via da certidão de casamento. Agora, é só ir ao cartório lá em Niterói”, comemorou Vilma. Ela foi uma das beneficiadas pelo atendimento da tenda da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, que presta serviço itinerante em comunidades e lugares de difícil acesso, com a campanha “Cidadania: Eu defendo”. A campanha também faz parte do projeto “Expresso Cidadão”, uma parceria entre os ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Justiça e da Saúde.

Nos vagões, o público pode obter carteira de trabalho, identidade, registro de pescador profissional, certidões de nascimento e casamentos, entre outros documentos. Estima-se que 8,7% da população brasileira não possuem documentação civil básica como certidão de nascimento. De acordo com a defensora pública Cristina Xavier, da 1ª Vara de Família, de Jacarepaguá, a defensoria trabalha com todos os segmentos da vida da mulher, desde o nascimento aos desdobramentos dela na sociedade: “Por isso, no Dia da Mulher estamos aqui para ajudar no resgate da cidadania”.

Durante o evento, o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), também prestou atendimento. Quem estava com a documentação em dia, pode dar entrada até na aposentadoria. “A procura foi grande. Em geral, as pessoas não sabem onde procurar orientação. Problemas simples demoram a ser resolvidos por falta de informação”, explicou Mônica Luz, técnica de seguro. As palestras sobre políticas públicas para as mulheres, principalmente referentes à Lei Maria da Penha também foram bastante procuradas. Joana D’Arc de Figueiredo, técnica de enfermagem, se abasteceu de cartilhas explicativas para ajudar uma amiga. “Aproveitei o evento para ter informações das leis que protegem as mulheres de abusos dos maridos violentos. Tenho uma amiga com dificuldades. Mas, a moça explicou tudo



Cristina: defensora pública

e me deu até o endereço de onde posso levá-la em Niterói para ter atendimento”.

A Feira da Yabás teve o tempero de matriarcas consagradas da Portela e do Império Serrano. Diversas barracas ofereceram ao público comidas típicas brasileiras e caseiras como caldinhos de feijão e vaca atolada. As comidas fizeram a alegria da professora Elza Maria, de 47 anos. Ela elogiou o tempero e a preocupação em preservar as receitas populares, que passam de geração em geração: “Com a vida corrida de hoje, a gente só come sanduíches, salgados, etc. Essa oportunidade de chega aqui e ter contato com essa comida, simples, preparada com antigas receitas foi maravilhosa”.

Lula e Dilma

comparecem e são aclamados

No início da noite, o presidente Lula acompanhado de vários ministros, entre eles a chefe da Casa Civil Dilma Rousseff, chegaram acompanhados do governador Sérgio Cabral. O prefeito do Rio, Eduardo Paes, já estava no evento. O tema do evento – “Mais Autonomia, mais cidadania e menos violência para as mulheres brasileiras” – norteou as falas das autoridades que ressaltaram a busca pela ruptura do ciclo de violência que acontece a partir do pleno acesso das mulheres aos seus direitos.

Carmem Foro, do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, representando a sociedade civil, fez uma retrospectiva cenário político recente da mulher no país: “O Brasil viu a 1ª

Conferência Nacional de Política para as Mulheres e sua mobilização no país inteiro, as 50 mil mulheres do campo na Marcha das Margaridas, a 2ª Conferência Nacional e a construção do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres”, enumerou Carmem. Apesar dos avanços, segundo ela, há muito para ser conquistado: “Sonho com o dia em que poderemos dizer que as mulheres podem decidir pelo seu corpo. O dia em que não será o Estado e a Igreja que vão dizer qual o caminho a mulher deve seguir”. E completou: “Sonho que daqui a 50 anos nós possamos ter muito mais mulheres no poder, ao menos 50%”.

Durante a solenidade, foi assinado um decreto presidencial que prevê a criação do Memorial da Mulher Brasileira. O espaço deverá funcionar como um museu interativo com os registros da participação das mulheres em episódios da história do

al situação em 2010. O documento foi posto numa “cápsula do tempo” e será guardado pelo Arquivo Nacional para ser aberto somente daqui a 50 anos. A ideia é medir os avanços da mulher brasileira nesse período.

No evento, o presidente Lula disse que a luta das mulheres é permeada por conquistas diárias. Ele destacou o avanço da Lei Maria da Penha durante seu discurso. “Tenho certeza que os homens de caráter não casam com uma mulher para tratá-la como objeto e bater nela”, disse Lula. Para o presidente, é a formação profissional que garante a autonomia das mulheres na sociedade. “Todo ato que faço tenho valorizado a formação profissional das mulheres brasileiras. À medida que a mulher trabalha e aprende uma profissão, ela tem independência e vai viver com um homem se quiser. Não obrigada, a troco de um prato de comida, como habitualmente



Na plataforma da estação: público procurou serviços e alimentação

país. O memorial terá sua sede no Rio de Janeiro. Para a ministra titular da SPM, Nilcéa Freire, a criação do Memorial da Mulher Brasileira é um resgate da importância histórica das mulheres no Brasil. “Quantas de nós podemos citar os nomes de nossas heroínas. As mulheres que não se entregaram ao colonizador, das que lutaram pela abolição, que fizeram a República e a Constituinte e que mudaram a realidade de nosso país?”, questionou a ministra. E completou: “Esses nomes estão poucos revelados, eles são invisíveis aos olhos da história oficial. Parece até que a História do Brasil foi feita inteiramente por homens”.

Também foi assinado um documento contando a trajetória da mulher brasileira e a sua atu-

acontecia neste país”, enfatizou.

Já a ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil, defendeu que a diferença entre homens e mulheres não pode servir de mote para desigualdades sociais e de gênero. “Nossas diferenças não podem servir como argumento para discriminação. Daí porque as mulheres sempre lutaram por uma palavra de ordem: ‘Diferentes sim, porém não desiguais’. Nós nascemos para ter os mesmos direitos e as mesmas oportunidades que nossos companheiros homens têm na vida, na sociedade, no trabalho e na família”, disse a ministra. Ela e o presidente foram muito aplaudidos pelo público.

*Com Henri Figueiredo
– Da Redação.



Vilma: documento de graça



no Dia da Mulher



“Nossas diferenças não podem servir como argumento para discriminação. Daí porque as mulheres sempre lutaram por uma palavra de ordem: ‘Diferentes sim, porém não desiguais’.”

Dilma Rousseff,
no ato da Leopoldina



Fotos: Henri Figueiredo

A MULHER E O MERCADO DE TRABALHO

Dados divulgados no Dia da Mulher pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram um quadro grave de desigualdade de gênero no mercado de trabalho. Em pleno século XXI, as mulheres predominam entre os trabalhadores sem ocupação, ganham menos e atuam mais do que os homens no mercado informal de trabalho nas seis principais regiões metropolitanas do país: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

O estudo revela que as mulheres possuem mais anos de estudos que os homens. Enquanto 61,2% das trabalhadoras têm 11 anos ou mais de instrução, ou seja, o ensino médio completo, esse percentual é de apenas 51,9% entre os homens. Esta diferença também



Hilda: segundo a professora, a favela nem ouvia falar do Dia da Mulher

pode ser notada nas cadeiras universitárias. Hoje, 19,6% das mulheres têm nível superior completo. Já o percentual de homens com terceiro grau é de apenas 14,2%.

Apesar disso, são as mulheres que ganham menos. O salário mé-

dio estimado é de R\$ 1.097,93, um valor inferior ao dos homens, hoje em torno de R\$ 1.518,31. Em 2009, comparando a média anual de rendimentos dos homens e das mulheres, conclui-se que as mulheres ganham em torno de

72,3% do rendimento recebido pelos homens.

Para a professora Hilda Rezendes, 55 anos, que é líder comunitária na comunidade Cidade Alta, localizada no subúrbio do Rio, acredita que houve avanços na situação da mulher na sociedade brasileira. Por isso, ela comemora: “O Dia internacional da mulher existe há cem anos, mas os direitos sociais não chegavam às mulheres pobres. Hoje quem está aqui são pessoas ligadas a projetos sociais, que estão resgatando os valores da mulher. Lá na favela a gente nem ouvia falar antes deste dia”. E conclui: “Agora a cada dia a mulher conquista espaço, respeito e compreensão dos seus companheiros”. [Tatiana Lima]



Ainda desiguais: mesmo com curso superior, mulheres ganham menos do que homens em todas as faixas etárias, etnias e classes sociais

Sindicato presente em ato cutista no Largo da Carioca

Na manhã de 8 de março, a CUT promoveu uma concentração multicolorida no Largo da Carioca. O ato teve a participação do Sisejufe – representado pelas diretoras sindicais Cristina Paiva (coordenadora do Núcleo de Gênero e Raça) e Vera Lúcia Pinheiro dos Santos (coordenadora do Departamento Jurídico). Entre as reivindicações das participantes, a descriminalização do aborto, nenhuma tolerância à violência contra a mulher, igualdade salarial, defesa do III Plano Nacional de Direitos Humanos (com a criação da Comissão da Verdade), licença-maternidade de seis meses para todas as mulheres e creche como direito da família, da criança e responsabilidade do Estado. Houve também uma homenagem às feministas haitianas Myriam Merlet, Magalie Marcelin e Anne Marie Corolian que perderam a vida no terremoto de 12 de janeiro.

Cristina Paiva, do Sisejufe, chamou a atenção para a problemáti-



Mulheres da CUT: diretoras do Sisejufe Cristina e Vera Lúcia, últimas à direita, presentes em ato no Centro do Rio

ca dos abusos a que são submetidas as mulheres africanas. “Em alguns países da África, sejam idosas, adultas ou crianças, mulheres são desrespeitadas e sofrem abusos dos homens por razões religiosas e culturais. Isso não se justifica em nenhum lugar. Os organismos internacionais, como a ONU por exemplo, devem interferir nesta situação porque é uma questão ligada aos direitos humanos”, avaliou Cristina.

Sisejufe e o 8 de Março

Na terça-feira, 2 de março, teve início a programação especial do Sisejufe para celebrar o centenário do Dia da Mulher. O evento, no teatro do Centro Cultural Justiça Federal (CCJF), teve a presença de aproximadamente 50 pessoas que assistiram a uma breve peça de teatro chamada “Oito de Março”, do diretor Gilson de Barros. Na apresentação, oito mulheres de diferentes idades,

etnias e profissões encenaram o episódio do assassinato de tecelãs nos Estados Unidos – que teria sido o marco da criação do 8 de Março. No elenco também dois atores, interpretando o gerente de produção e o dono da tecelagem. O grupo de teatro foi formado pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário no Estado do Rio (Sind-Justiça).

Na sequência da apresentação teatral, subiram ao palco a direto-

ra sindical Cristina Paiva e a secretária nacional da Mulher Trabalhadora da CUT Rosane Silva. Rosane enumerou as atividades da central sindical na luta pela igualdade de gênero, em especial o trabalho pela ratificação da Convenção 156 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). No fim do evento, circulou um abaixo-assinado pela ratificação da convenção que estabelece maiores condições de igualdade no trabalho entre homens e mulheres.

Cristina Paiva, diretora sindical, comemorou o sucesso do evento: “A peça foi acima da expectativa. Mostrou bem o significado do dia 8 de Março e os direitos sociais da mulher que não são respeitados. É a primeira vez que o Núcleo de Gênero e Raça do Sisejufe realiza atividades externas ao sindicato direcionadas às servidoras da categoria. Teremos ações relacionadas a este dia na porta dos fóruns”, enfatiza Cristina.

Tatiana Lima
Da Redação com CUT-RJ

Balancete de verificação

Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro

End: Avenida Presidente Vargas, 509 – 11º andar

CNPJ: 35.792.035/0001-95

Levantamento em 30 de Novembro de 2009

Exercício: 2009

Grupo: ATIVO. Tabela de balanço com colunas: Anexo, Terr., Classific., Nome da Conta, Saldo Inicial, Mov.Débito, Mov.Crédito, Saldo Final. Subtotalizações para grupos 1000-0 a 1400-0 e T D T A L D O G R U P O.

Grupo: DESPESAS. Tabela de balanço com colunas: Anexo, Terr., Classific., Nome da Conta, Saldo Inicial, Mov.Débito, Mov.Crédito, Saldo Final. Subtotalizações para grupos 5100-0 a 5210-3 e T D T A L D O G R U P O.

Grupo: DESPESAS. Tabela de balanço com colunas: Anexo, Terr., Classific., Nome da Conta, Saldo Inicial, Mov.Débito, Mov.Crédito, Saldo Final. Subtotalizações para grupos 5400-0 a 5425-9 e T D T A L D O G R U P O.

Grupo: PASSIVO. Tabela de balanço com colunas: Anexo, Terr., Classific., Nome da Conta, Saldo Inicial, Mov.Débito, Mov.Crédito, Saldo Final. Subtotalizações para grupos 2100-0 a 2450-0 e T O T A L D O G R U P O.

Resumo do Balancete Analítico (Valores em Reais). Tabela com colunas: Descrição, Saldo. Itens incluem Receita Líquida Operacional, Despesas Operacionais, Despesas Administrativas, Despesas Tributárias, Despesas Operacionais, Despesas Financeiras, Despesas com Pessoal, Despesas Gerais e Despesas não Operacionais.

Balancete Analítico (Valores em Reais)

Informações de identificação e data do encerramento. Campos: SINDICATO DOS SERVIDORES JUSTIÇA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CNPJ/CPF: 35.792.035/0001-95, End: AV PRESIDENTE VARGAS 509 11º AND-CENTRO, Município: RIO DE JANEIRO, UF: RJ, Emitido em: 31/07/2009, Grupo: DESPESAS.

Coren fiscaliza Sesau da JF Venezuela

Saúde Conselho de Enfermagem do Rio de Janeiro pede realização de concurso para enfermeiros

Max Leone*

O Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro (Coren-RJ) fez no dia 10 de novembro do ano passado vistoria na Seção de Serviços de Saúde (Sesau) da Justiça Federal, no Foro da Avenida Venezuela. A fiscalização atendeu à solicitação feita em agosto de 2009 pela direção do Sisejufe. O objetivo foi detectar possíveis irregularidades no setor, conforme denúncias que chegaram ao sindicato. O levantamento do Coren, entre outros itens, apontou a necessidade de aumentar o número de enfermeiros, tanto de nível superior quanto de nível técnico, para o atendimento de servidores. A coordenadora do Setor de Fiscalização do Co-

ren-RJ, Denise Sanches, informou que foi solicitado a realização de um concurso público para suprir a falta de profissionais. Para o conselho, o ideal seria abrir cinco novas vagas de enfermeiros e seis para técnicos de enfermagem, considerando a Sesau Venezuela e na avenida Rio Branco. “Esse seria o número ideal para que o setor possa ter uma boa assistência. Como atualmente a quantidade de funcionários é pequena, não há condições de atendimento”, afirmou a coordenadora.

Emergencialmente, o Coren recomendou a contratação de, pelo menos, dois enfermeiros com nível superior, um para cada setor, tendo em vista que o único que atua na Justiça Federal se descobre para fazer

atendimentos no Foro da Venezuela e na avenida Rio Branco e acompanhar de perto os serviços feitos pela equipe. No ano passado, 6.513 atendimentos foram prestados pelas seções. Atualmente, a JF conta com dois auxiliares de enfermagem e apenas um técnico em enfermagem para o atendimento.

Em resposta ao relatório do conselho enviado no mesmo dia fiscalização, a Justiça Federal informou, segundo a coordenadora do Coren-RJ, que deverá convocar um concurso para preencher as vagas. No entanto, a representante não acha provável que o edital seja lançado este ano devido às eleições de outubro. “Deve acontecer em 2011”, afirma.

Procurada pela reportagem do Contraponto, a Assessoria de Comunicação da Justiça Federal confirmou o envio do ofício ao conselho. Mas até o fechamento desta edição, não houve retorno para informar o conteúdo do documento.

O levantamento do Coren, entre outros itens, apontou a necessidade de aumentar o número de enfermeiros, tanto de nível superior quanto de nível técnico, para o atendimento de servidores.

Sindicato recebeu denúncias em 2009

De acordo com denúncias enviadas ao Sisejufe, o único profissional que trabalha na Sesau estaria exercendo mais de um tipo de função, entre elas, a de atendimento na recepção. Esse procedimento caracterizaria desvio de função. Para Denise Sanches, a enfermeira responsável não pode ficar se deslocando da avenida Venezuela para a Rio Branco para supervisionar os serviços. “É preciso a presença física no local e isso não acontece. Ela precisa acompanhar de perto o trabalho do técnico de enfermagem. Caso ocorra algum problema ela pode intervir imediatamente”, explica a coordenadora.

Outro problema seria em relação ao atendimento dos servidores. O setor que original-

mente deveria fazer perícias médicas, acabou se tornando um espaço de pronto atendimento, recebendo todo e qualquer funcionário que passe mal.

A Seção de Serviços de Saúde (Sesau) da Justiça Federal da Rio Branco não foi vistoriada pelo Coren desta vez. No entanto, denúncias recebidas pelo Sisejufe dão conta de que o espaço onde o setor funciona não seria adequado. “É um gabinete que foi improvisado para o atendimento”, diz o denunciante. A coordenadora do Coren-RJ não descartou a possibilidade de a Sesau da Rio Branco também ser fiscalizada. “Já fizemos uma vistoria lá anteriormente mas os problemas não foram resolvidos”, diz Denise Sanches.

*Da Redação.

Fiscalização atendeu à solicitação feita em agosto de 2009 pela direção do Sisejufe. O objetivo foi detectar possíveis irregularidades no setor, conforme denúncias que chegaram ao sindicato.

Relembre o caso

Em setembro do ano passado, o diretor do Sisejufe Roberto Ponciano se reuniu com a chefe da fiscalização Conselho Regional de Enfermagem do Rio, Denise Sanches, e com o advogado do conselho Marcelo Moreira. No encontro, Ponciano ratificou denúncia enviada em agosto pela entidade ao Coren. Ponciano relatou que as condições de funcionamento do serviço médico da Justiça Federal nos foros da avenida Rio Branco e Venezuela seriam inadequadas.

O sindicato relatou na época que nenhum dos dois locais teria autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para funcionar, sendo que as con-

dições na avenida Rio Branco seriam piores. Um exemplo, citado pelo diretor, foi o que na mesma pia em que se lavavam pratos e utensílios usados para fazer refeições, também seriam lavados os instrumentos médicos.

O sindicato, à época, relatou a possível irregularidade de a coordenação do serviço médico ser exercida por técnica judiciária concursada em nível de Ensino Médio. O diretor do sindicato também relatou que, embora haja dois postos de atendimento e três técnicos de enfermagem, apenas uma enfermeira se responsabiliza pelos dois postos de atendimento médico. Na ocasião, o Coren já considerara a situação irregular. [Max Leone]

Enfermeiros lutam por jornada de 30 horas

Os enfermeiros do Rio começa a se mobilizar para lutar pela implantação da jornada de trabalho de 30 horas. Atualmente, a categoria possui carga horária de 40 horas. A direção do Sisejufe apoia a iniciativa do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro (Coren-RJ), que no dia 24 de fevereiro fez reunião com servidores públicos do setor de Enfermagem para tratar do assunto e discutir estratégias de organização para a votação das 30 horas no Congresso Nacional. A reunião ocorreu na sede do conselho convocada por sua vice-presidente, Rejane de Almeida.

O argumento para redução da jornada é o de que os

profissionais de Odontologia já trabalham 30 horas e o pessoal da área de Medicina cumpre 20 horas. Todos atuam em atividades insalubres, sendo que o enfermeiro tem um contato maior com os pacientes para fazer o acompanhamento dos tratamentos. Há notas técnicas, inclusive, de ministérios indicando a diminuição da jornada de trabalho dos enfermeiros para 30 horas.

O encontro definiu a criação de comissões, sendo que uma delas organizará um ato público em Brasília. A ideia é pressionar a votação de projeto de lei em tramitação desde 2000 no Congresso, que trata da redução da jornada. [Max Leone].

Relator dará parecer favorável a PEC que cria estatuto dos servidores do Judiciário

O relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 190/2007, deputado Manoel Junior (PMDB-PB), anunciou que vai apresentar seu relatório favorável à aprovação, no dia 15 de abril. A PEC obriga o Supremo Tribunal Federal (STF) a elaborar o Estatuto dos Servidores do Poder Judiciário, abrindo a possibilidade de, entre outras medidas, criar a isonomia salarial entre as mesmas funções exercidas em estados diferentes. “É um prazo razoável (o dia 15 de abril), e o relatório será positivo à categoria”, avalia o deputado.

Denúncias contra juiz da VF de Teresópolis completam um ano

Assédio Moral Edição de 2010 foi dividida entre a Região Metropolitana de Porto Alegre e Salvador

Max Leone

Após um ano, contado a partir da data em que a direção do Sisejufe encaminhou o pedido de providências, finalmente, a Corregedoria do Tribunal Regional Federal (TRF) do Rio começou a apurar as denúncias de casos de assédio moral que teriam e continuariam a ocorrer na Vara Federal de Teresópolis. Passados 12 meses, uma comissão permanente de sindicância foi composta pela corregedoria para ficar responsável pelo levantamento das informações a respeito das denúncias feitas contra o juiz Alcir Luiz Lopes Coelho, titular da Vara Federal no município da Região Serrana. Os primeiros depoimentos de servidores que teriam sido vítimas e das testemunhas foram colhidos em fevereiro deste ano. Diante de tanta demora, a diretoria do Sisejufe fará um ato em Teresópolis, para “comemorar” o aniversário de um ano do pedido de apuração das denúncias contra o magistrado e o começo dos esclarecimentos dos fatos.

“Estamos esperando e fazem

do pressão todo esse tempo por uma posição do tribunal. Agora que começaram as apurações vamos acompanhar de perto o andamento dos trabalhos da comissão de sindicância. Vamos fazer um ato em ‘comemoração’ ao aniversário. Vamos buscar apoio de entidades como a OAB e a CUT para participar da manifestação em Teresópolis”, afirma Roberto Ponciano, diretor do sindicato.

Segundo Ponciano, a comissão ouvirá todos os supostos envolvidos no caso e enviará um relatório por escrito à Corregedoria do TRF. Caberá aos corregedores avaliar e decidir se há a necessidade de ser feita uma representação contra o juiz para abertura de procedimento administrativo disciplinar. O magistrado poderá prestar esclarecimentos por escrito à Corregedoria. “Se a corregedoria achar necessário, poderá chamar o juiz para prestar esclarecimentos”, explica Ponciano.

Enquanto isso, o juiz Alcir Luiz Lopes Coelho continua à frente da Vara de Teresópolis, o que tem provocado revolta entre os

servidores. “É revoltante ele ainda continuar mesmo com tanta denúncia”, criticou um servidor que não quis se identificar. Informações que chegaram ao Sisejufe dão conta de que o magistrado teria pressionado os servidores chamados para prestar esclarecimentos à comissão permanente de sindicância.

Segundo relatos, um dos funcionários teria sido interpelado pelo juiz dias antes de se apresentar. O resultado da tentativa de constrangimento seria o fato de o servidor ter dado um depoimento sem muita informação e que não teria acrescentaria em nada nas apurações. Já compareceram na comissão um procurador da República, dois juízes e sete servidores, sendo que um destes como testemunha das possíveis irregularidades cometidas pelo juiz, que assistiu a todos os depoimentos. No entanto, uma outra testemunha não compareceu, mesmo tendo sido intimada, por medo, uma vez que mora na mesma cidade do juiz.

Há informações ainda de que o juiz continuaria a pressionar servidores a não participar dos

esclarecimentos na comissão. Um em estágio probatório teria sido vítima de tentativa de coação para não se manifestar. Sem suportar tamanha pressão, teve funcionário que chegou a chorar. Segundo Ponciano, testemunhas afirmam que ouviram o juiz dizer que iria processar todo mundo por injúria e difamação que prestasse informações à comissão. Tudo teria sido dito antes dos depoimentos dos servidores.

Apesar da pressão, a maioria dos depoimentos, segundo Ponciano, confirmou a postura que o juiz adotaria com os servido-

res. Um dos depoentes, que não quis se identificar para não sofrer represálias, foi perguntado se confirmava o que havia descrito na petição inicial que fez. Ele confirmou tudo. “Relatei como o ambiente da vara federal era, que não era muito bom. O clima não era dos melhores. Cheguei a ter problemas com o juiz sobre mandados. Ele queria que eu fizesse, por exemplo, uma busca em um bingo sem mandado. Ele pressionava para que cumpríssemos mandados sem suporte e condições de cumpri-los, até mesmo sem auxílio policial”, contou.

Ato do dia 19 de março

Na sexta-feira, 19 de março, o Sisejufe “comemoraria” um ano de abusos na VF de Teresópolis sem apuração e sem afastamento dos denunciados por assédio moral. O ato público acabou adiado por conta de um problema técnico com o carro. Ainda assim, compareceram representantes do Sindicato dos Bancários de Teresópolis, lideranças partidárias da cidade e os diretores do Sisejufe Marcelo Neres e Roberto Ponciano, que como secretário de Formação representou a CUT-RJ. Um ano novo público será marcado para abril, depois do 7º Congrejufe.

Notas Sindicais

Projeto que trata do recesso do Judiciário deve ser votado em abril

O projeto de lei que trata do recesso de final de ano no Judiciário e estabelece férias de um mês para os advogados deve ser votado em abril, se o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Demóstenes Torres (DEM-GO), cumprir a promessa feita no dia 23 de fevereiro ao presidente da OAB, Ophir Cavalcante. O PLC 6/2007 prevê a suspensão dos prazos processuais ou recesso forense por 30 dias, de 20 de dezembro a 20 de janeiro, mantendo-se apenas o regime de plantão para casos urgentes.

Presidente da Comissão de Finanças diz que LOA pode sofrer alterações para viabilizar aumento de servidores

A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2010 pode sofrer alterações, o que viabilizaria a implementação dos PCSs dos servidores do MPU e Poder Judiciário Federal ainda este ano. A informação foi passada pelo novo presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, deputado Pepe Vargas (PT-RS), dia 3 de

março ao coordenador da Fenajufe Antônio Melquiades, o Melqui, e à presidente do Sinasempu, Edilene Vasconcelos. Segundo Pepe Vargas, o Anexo V da LOA, que trata das despesas de pessoal e encargos sociais, prevê essa possibilidade. No entanto, seria necessário que os chefes do Ministério Público da União, Roberto Monteiro Gurgel, e do Poder Judiciário, Gilmar Mendes, encaminhassem ao Congresso Nacional projetos de lei para garantir a implantação dos PCSs.

Norma que garante negociação e organização sindical dos servidores vai à CCJ

A capacidade de articulação e mobilização da CUT resultou em mais um importante passo para a democratização das relações de trabalho no Brasil. Depois de uma audiência com integrantes da direção executiva da Central, o relator da ratificação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), senador Geraldo Mesquita (PMDB-AC), resolveu pautar o projeto em votação na Comissão de Relações Exteriores do Senado. O resultado foi a aprovação unânime do relatório na quinta, 4 de março. O

próximo passo será o encaminhamento para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e posteriormente, para o Senado. Por fim, ela volta à Câmara dos Deputados, onde já foi aprovada em outubro de 2009.

TSE adia julgamento do reajuste do auxílio-alimentação na Justiça Eleitoral

O processo 20.274, que reajusta o auxílio-alimentação na Justiça Eleitoral, entrou na pauta da sessão do dia 23 de fevereiro, do colegiado do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O relator, ministro Marcelo Ribeiro, emitiu parecer favorável à unificação gradativa do auxílio em todos os TREs do país, mas o presidente do tribunal, ministro Ayres Britto, pediu vista do processo e, portanto, a apreciação não foi concluída.

Direito à negociação coletiva no serviço público segue para CCJ do Senado

Depois de uma audiência com integrantes da direção executiva da CUT Nacional, o relator da proposta de ratificação da Convenção 151 da Organização Internacional

do Trabalho (OIT), senador Geraldo Mesquita (PMDB-AC), resolveu colocar o projeto em votação na Comissão de Relações Exteriores do Senado. O resultado foi a aprovação unânime do relatório na manhã desta quinta-feira, dia 4 de março. O próximo passo será o encaminhamento para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e posteriormente, para o plenário do Senado. Por fim, a proposta volta à Câmara dos Deputados, onde já foi aprovada em outubro de 2009.

CNJ suspende desconto dos quintos pagos com função cheia

Na sessão de 23 de fevereiro, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ratificou a liminar concedida pelo relator para suspender todos os procedimentos de devolução de quintos decorrentes do processo administrativo 2009.16.1137 do Conselho da Justiça Federal (CJF). A decisão dos autos do procedimento de controle administrativo foi por unanimidade. Com essa decisão, serão suspensos todos os procedimentos de devolução de quintos. O Departamento Jurídico do Sisejufe apresentou memorial a

todos os conselheiros na véspera da sessão, indicando uma síntese de fundamentos para que a liminar fosse mantida e o PCA julgado procedente ao final. De acordo com o assessor jurídico do sindicato, Rudi Cassel, o ato do CJF certamente derivado de um equívoco na apreciação do caso, pretendia instituir a devolução de valores de quintos percebidos conjuntamente com o valor integral da Função Comissionada (FC cheia), quando essa interpretação vigorava no âmbito da Justiça Federal, amparada por resolução do CJF.

“A matéria é complexa, mas trata uma mudança de posição administrativa do Conselho da Justiça Federal sobre pagamentos recebidos de boa-fé pelos servidores, há mais de cinco anos, conforme o regramento administrativo de então”, avalia o assessor. Segundo Cassel, que acompanhou a sessão, o Conselho Nacional de Justiça, na esteira de vários precedentes judiciais do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), constatou o vício de origem do PA 2009.16.1137/CJF, que macula também as notificações encaminhadas a vários servidores na véspera do recesso do final de 2009.

Festa “de categoria” fecha Carnaval 2010

Botequim Com grande show da Orquestra Republicana, baile pós-carnavalesco do Sisejufe reuniu 200 pessoas na Rio Branco

Fotos: Luísa Breda



Rolou de tudo: samba, forró, xote e xaxado. E por mais de três horas, na noite de 26 de fevereiro, no subsolo do Clube de Engenharia. Relembrando antigos carnavais, teve trezinho, sambas antológicos e a nostalgia das marchinhas clássicas. Foi possível até reencontrar o pierrot ou a colombina de um ano atrás – que esquecemos na roda-viva do dia-a-dia. Para isso serviu a festa: conhecer e confraternizar com colegas que muitas vezes só vemos como amnuenses, detrás de mesas de trabalho e absortos nos computadores. No Botequim nos encontramos como humanos que brincam, riem, choram, dançam e celebram a vida. É preciso cantar e alegrar a cidade! Afinal, a gente não quer só comida, aumento e PCS; a gente quer também bebida, diversão e samba. Trabalhamos para que no próximo Botequim, o 17º de nossa história, nos reencontremos para comemorar a aprovação do PL 6613. A tristeza que a gente tem, qualquer dia vai se acabar, todos vão sorrir, voltou a esperança, é o povo que dança, contente da vida, feliz a cantar!



[Roberto Ponciano]

Do cotidiano para as telas: crítica social está presente



Prata da Casa

Com pinturas expressionistas, Anderson Kelly, da JT de Niterói, extravasa angústias

Max Leone*

A crítica social, a correria do cotidiano, o consumismo exacerbado da sociedade capitalista, entre outros aspectos inerentes aos grandes centros urbanos, mexem até hoje com a cabeça do artista plástico Anderson Kelly, 47 anos, que é agente de segurança no fórum do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) em Niterói. Todos esses pontos, segundo ele, influenciam sua vida, o seu dia a dia. Desta forma, o servidor aproveita para extra-

vasar todas as angústias que o atormentam quando está diante de uma tela. Em pinturas expressionistas, tendência que mais gosta para desenvolver seus traços, Kelly coloca para fora as contradições do mundo que o cerca. Anderson Kelly atribui esse sentimento de incômodo às ruas origens. Nascido no município de Bom Jesus de Itabapoana, no Noroeste Fluminense, a 366 quilômetros da capital do estado, o artista diz que sofreu um baque ao chegar

ao Rio com sete anos de idade.

“A agressividade das pessoas, a falta de sensibilidade, a desigualdade social, todas essas mazelas da cidade grande me tocaram, mexeram comigo. Começaram a aflorar nas minhas pinturas expressionistas. Estava acostumado com a vida tranquila do interior, no meio rural. Isso tudo me fez muito mal”, lembra o agente de segurança, que é servidor do TRT há 20 anos.

*Da Redação

Poesia, pintura e natureza

Para compensar tamanha angústia, Anderson Kelly também tem outras alternativas. Ele gosta de fazer trilhas e aproveita para buscar inspiração na natureza, em locais paradisíacos como o litoral baiano, Fernando de Noronha e a Região dos Lagos do Rio, mais precisamente em Búzios. “Assim proveito para dar uma equilibrada pintando essas paisagens maravilhosas que registro em fotografias durante as caminhadas e trilhas que faço. Resolvi morar em Piratininga, na Região Oceânica de Niterói. Meu ateliê fica numa parte da casa com vista para uma reserva florestal. Isso ajuda muito na minha inspiração”, explica o servidor, lembrando que nas horas de folga, além da pintura, exerce a função de guia turístico e também faz poesias.

O talento para o desenho vem desde cedo. Os primeiros rabiscos começaram a ser feitos logo aos cinco anos de idade, quando já participava de concursos escolares. Percebendo a vocação para a arte, e com intuito de melhorar sua técnica, fez mais tarde curso de desenho de propaganda e marketing, em Niterói, de 1979 a 1980. Já nos anos 1990, sentiu a necessidade de colorir seus desenhos. Em 1996, iniciou as aulas de pintura no Ateliê de Arte Contemporânea com o professor e pintor Bernardi. “Preenchi, assim, o requisito das cores que faltava ao meu trabalho”, explica.

Atualmente, faz trabalhos de acrílico sobre tela que é mais voltado para o abstrato. E começou também a se interessar em retratar a figura humana. “Após 2002, decidi continuar meus estudos independentemente e submeter meus trabalhos ao julgamento de pintores de renome a fim de aperfeiçoá-los”, conta.

O agente de segurança da Justiça do Trabalho em Niterói comenta que os colegas de tribunal acham meio estranho um servidor que exerce sua função – de zelar pela segurança – ter tanta sensibilidade para fazer poesias, pintar e retratar a natureza. “Eles ficam curiosos de saber como isso acontece”, diverte-se.

Os planos para 2010 são de realizar exposições individuais de seus trabalhos com a ajuda de amigos. Anderson Kelly já participou de inúmeras mostras coletivas e é dono de 35 premiações conquistadas ao longo da carreira. “Em abril tenho exposição na Secretaria de Cultura de São Gonçalo. Em junho vou expor na Galeria La Salle, em Niterói. Além de ao menos dez exposições coletivas até o fim do ano. Sem contar que tenho várias obras expostas em acervos de hospitais, no Exército e na sede da OAB de Niterói”, enumera. [Max Leone]



Alguns prêmios conquistados

Prêmio Originalidade no Canada Art Show em Toronto – Airport West em 25/09/2002 com a obra “Minha Alma, A Disputa”

Prêmio Originalidade no Extraordinary Beaty Art Show-Frame&Art Place Gallery – Miami em 15/07/2004 com a obra: “Boteco”.

Prêmio Roberto Paragó no Salão Livre Olhar sobre a paisagem do Museu Antonio Parreiras – Niterói – 21/1/2004 com a obra “O Atlântico da Mata”.

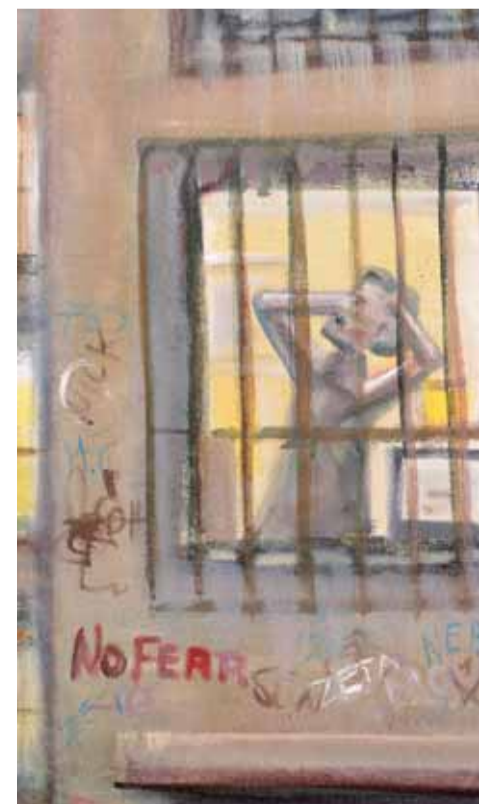
Prêmio Alcides Cruz no 55º Salão de Artes Plásticas do Clube Militar do Rio de Janeiro –

21/11/2007 com a obra “Horto – Viveiro da UFF”.

Troféu Melhor Obra no 1º Salão de Artes Plásticas da Liga de Defesa Nacional – Centro Cultural da Justiça do Trabalho no Rio – 12/11/2008 - com a obra “Rio Itabapoana”.

Prêmio Paleta de Ouro – ALAP – VII Salão de Artes Plásticas da ADESG/RJ – Forte Copacabana – Rio de Janeiro com a obra “A Morada do Meu Coração”.

Grande Prêmio e Medalha de Ouro no 57º Salão de Artes Plásticas do Clube Militar – Rio de Janeiro 4/11/2009.



Descoberta de Talentos – Se você é servidor do Judiciário Federal do Rio, tem veia artística, seja em que área for, e quer um espaço para ver seu trabalho divulgado, entre em contato com o Sisejufe. Quem sabe o próximo personagem do Prata da Casa não seja você? Envie seu contato com alguns detalhes de seu trabalho para imprensa@sisejufe.org.br